



**INSTITUTO
FEDERAL**

Alagoas

**INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – IFAL
POLO SÃO JOSÉ DA LAJE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS/PORTUGUÊS**

ADERLANIA DA SILVA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA –
PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

SÃO JOSÉ DA LAJE

2021

ADERLANIA DA SILVA

**A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA –
PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Letras-Português do Instituto Federal de Alagoas, Polo São José da Laje, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Português.

Orientadora: Prof^a Esp. Ana Quitéria M. de O. Silva

SÃO JOSÉ DA LAJE

2021

FICHA CATALOGRÁFICA



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Instituto Federal de Alagoas

Campus Murici

Biblioteca Professor Cícero Vieira de Araújo

S586v Silva, Aderlania da.

A variação linguística no ensino de língua portuguesa: perspectivas e desafios / Aderlania da Silva - 2021.

36f.

Arquivo no Formato PDF do Trabalho Acadêmico.

Orientação: Prof^a. Esp. Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação Licenciatura em Letras/Português) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, UAB : Polo São José da Laje, São José da Laje, 2021.

1. ~~Variação linguística~~

2. ~~Preconceito linguístico~~

3. ~~Ensino de língua materna~~

I. Título.

CDD: 469.8

Lucicláudia Silva dos Santos

Bibliotecária — CRB-4/2115

Aprovado: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva

Profa. Esp. Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva (Orientadora)

Instituto Federal de Alagoas – IFAL

Vanusia Amorim P. Santos

Profa. Me. Vanusia Amorim Pereira dos Santos

Instituto Federal de Alagoas - IFAL

Sílvia maria da Silva

Profa. Me. Sílvia Maria da Silva

Secretaria Estadual de Educação – SEE/Alagoas

DEDICATÓRIA

Ao meu amado pai que sempre foi a razão da minha felicidade, e inspiração para toda força e coragem de seguir em frente. A ele dedico essa formação concluída, pois ele sempre esteve ao meu lado me incentivando, contribuindo em cada passo dado, estando fielmente presente para acompanhar o meu crescimento humano e profissional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a Deus por ter me permitido chegar até aqui, estando ao meu lado e me dando forças nos momentos difíceis.

Agradeço ao meu pai pelo incentivo de sempre nos meus estudos e sonhos, pois, desde o princípio, me deu apoio incondicional; mesmo não estando mais entre nós, ele será inesquecível em toda minha jornada educacional.

Aos meus colegas da turma de Letras Português 2017 que, em cada momento, me incentivaram e acreditaram no meu potencial, sendo peças importantíssimas para o meu sucesso.

Quero agradecer também à minha professora orientadora, Ana Quitéria Menezes de Oliveira Silva, que durante este processo teve paciência e sabedoria para me orientar da melhor forma possível.

A todos os professores que passaram por esse período de troca de conhecimentos e formação acadêmica que me motivaram a cada instante a não desistir, concedendo incentivos necessários para a realização desse trabalho.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar a variação linguística no Ensino de Língua Portuguesa, destacando o preconceito linguístico como um desafio que precisa ser enfrentado no âmbito escolar, em específico nas práticas docentes. Tal objetivo surgiu ao notar que a disciplina de Língua Portuguesa vem sendo trabalhada com enfoque muito marcante em seu viés tradicionalista, fator que centraliza a gramática normativa, tratando-a como se fosse a única forma correta, desprezando, assim, as demais variedades linguísticas, o que vai acarretar o preconceito com relação às demais variedades, que são consideradas e classificadas como erradas perante a norma padrão. Considera-se como um ponto negativo os procedimentos metodológicos desenvolvidos nas aulas de língua portuguesa, o que pode e deve provavelmente vir gerando desinteresse por aprender o que oferta a disciplina mencionada. A partir desses fatos, foram constatados alguns problemas que precisam ser solucionados no processo de ensino-aprendizagem de língua portuguesa, e com isso vem a pergunta: quais são os desafios enfrentados pelos docentes nas práticas de ensino da língua não padrão nas séries finais do ensino fundamental? Em busca de respostas para esse questionamento, foi utilizado como método a pesquisa bibliográfica, que é de cunho qualitativo, sendo realizada por meio de procedimentos exclusivamente teóricos. O resultado da pesquisa foi promissor, pois trouxe contribuições positivas e esclarecedoras em relação ao objetivo geral deste trabalho, comprovando que existe de fato interferência do preconceito linguístico no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem do discente e que tais interferências vêm atrapalhando o interesse do sujeito aprendiz.

PALAVRAS-CHAVE: variedade linguística, preconceito linguístico, ensino de língua materna.

ABSTRACT

The present work aimed to present the linguistic variation in Portuguese Language Teaching, highlighting linguistic prejudice as a challenge that needs to be faced in the school environment, specifically in teaching practices. This objective arose when noticing that the discipline of Portuguese Language has been worked with a very strong focus on its traditionalist bias, a factor that centralizes normative grammar, treating it as if it were the only correct form, thus ignoring other linguistic varieties, which will lead to prejudice in relation to other varieties, which are considered and classified as wrong before the standard norm. The methodological procedures developed in Portuguese language classes are considered a negative point, which can and should probably generate disinterest in learning what the mentioned discipline offers. From these facts, some problems that need to be solved in teaching were found, and with that comes the question: what are the challenges faced by teachers with non-standard language teaching in elementary schools, in the final grades? To arrive at a possible answer, bibliographic research was used as a method, which is qualitative in nature, being carried out through exclusively theoretical procedures. The research result was promising, as it brought positive and enlightening contributions in relation to the general objective of the work, proving that there is in fact an interference of linguistic prejudice in the development of teaching and student learning and that such interference has hindered the subject's interest apprentice.

KEYWORDS: linguistic variety, linguistic prejudice, mother tongue teaching.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1

1.1 Introdução	11
1.2 Justificativa	12
1.3 Objetivos	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 Fundamentação Teórica	15
1.4.1 Os pressupostos teóricos da Sociolinguística.....	17
1.4.2 A Sociolinguística nas séries iniciais do Ensino Fundamental	18
1.4.3 Preconceito Linguístico	20
CAPÍTULO 2	
2.1 O que o professor faz da língua nas aulas de Língua Portuguesa	22
2.2 Os dados da pesquisa	24
2.3 Hipóteses levantadas e conclusões com base nos dados	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	30

APRESENTAÇÃO

O Brasil é um país que tem como característica uma imensa pluralidade linguística, tendo em vista suas diversas regiões e respectivas diferenças nas questões de uso.

Nas salas de aula, ocorre com frequência o preconceito linguístico, pois o aluno falante de uma variedade linguística que difere da maioria da turma e até mesmo do professor, sofre rígidas correções, muitas vezes, feitas de maneiras inadequadas, ao abordar, como um erro, a sua forma de falar, o que possivelmente pode interferir em seu desenvolvimento cognitivo e desempenho nas aulas de língua portuguesa. Durante as aulas, dá-se grande foco à classificação do que é certo e do que é considerado errado, marcas impregnadas pelo ensino tradicionalista que se revigora de tempos em tempos, em que os alunos são os principais a sofrer seus reflexos, principalmente, os provenientes de regiões diferentes, fazendo parte de um ensino carregado de preconceito linguístico, algo que pode causar um certo desconforto no processo de aprendizagem desses alunos.

Borttoni–Ricardo (2004), em sua obra *Educação em Língua materna - a sociolinguística em sala de aula*, faz uma observação relacionada aos tão propagados erros de português: “erros de português são simplesmente diferenças entre variedades da língua”, logo, as diferenças linguísticas existentes são vistas como um “erro”.

A metodologia empregada foi de cunho qualitativo, que conforme Rapazzo (2012)[...] a qualitativa busca uma compreensão particular daquilo que estuda: o foco da sua atenção é centralizado no específico, no peculiar, no individual, almejando sempre a compreensão e não a explicação dos fenômenos estudados”. Este trabalho foi feito com base na pesquisa bibliográfica. O conteúdo desse trabalho deve interessar a estudantes de Letras e a pessoas envolvidas com a área do ensino de língua portuguesa que já atuam no contexto escolar.

CAPÍTULO 1

1. INTRODUÇÃO

A realidade encontrada nas salas de aula é retratada por docentes da disciplina de Língua Portuguesa como “ensinam, ensinam e os educandos não aprendem o que é repassado nas aulas”. Um número grande de educandos vivenciam dia a dia nas escolas, sejam elas públicas ou privadas, um seguimento de regras apenas, onde não se aprende o que acontece. Em alguns momentos, que são poucos, eles conseguem memorizar apenas uma regra ou outra com durabilidade temporária da lembrança daquela.

No cenário educacional, percebe-se o quanto a variação linguística vem sendo mal interpretada no espaço sala de aula, até pelos educadores que visam um certo confronto entre os diferentes tipos de uso da língua com o ensino de gramática. Mesmo cientes de que ambos se fazem necessários nos processos de ensino e aprendizagem de Língua Portuguesa.

Diante disto, se atribui à escola, enquanto lócus institucional que possibilita a socialização e construção de saberes, um trabalho que não propicia ao aluno o seu desenvolvimento comunicativo em todas as instâncias de uso linguístico, negando-lhe a possibilidade de se formar como pessoas conscientes da complexidade dinâmica e social da linguagem (BAGNO, 2007).

A escola centrada apenas no uso padrão da língua, na acepção mostrada anteriormente, termina por não cumprir esse papel. A sociolinguística, buscando associar o ser, a língua e a sociedade de forma investigativa, vem mobilizando muitas discussões entre os docentes de outras áreas de ensino, objetivando entender melhor a estrutura da língua e o seu funcionamento na comunicação.

Ao explicar a mudança linguística e suas relações com o social, ou seja, o estudo de fatores linguísticos ligados aos fatores sociais, é de suma importância que os professores, de modo geral, comecem a enxergar o ensino de língua portuguesa dessa maneira, ligado ao meio social de cada indivíduo e visando ainda mais às diferenças linguísticas que cada um carrega consigo. Compreende-se que a comprovação do fracasso do ensino de português já deixou de ser tema apenas de professores e linguistas para tornar-se um lugar comum da conversa de qualquer indivíduo escolarizado.

Sendo assim, cabe à escola desenvolver atividades que propiciem ao aluno o contato com o máximo possível de pluralidade discursiva e situações reais de uso da língua como meio de expandir a competência comunicativa deste. Através dessa

pluralidade discursiva, o aluno terá contato com muitas e variadas situações de uso da língua que, de certa forma, mudarão a tradição que impera em nossa sociedade de considerar a variação algo pejorativo, errado, feio, cômico, ou seja, uma análise quase sempre de ordem negativa. Exigência essa que está entre as principais apresentadas nos documentos que parametrizam o ensino em todas as suas dimensões. Entre esses documentos a Base Nacional Comum Curricular. A Base Nacional Comum Curricular (2016) é um documento previsto desde a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, datada em 1988, que, no Art. 210, prevê que “serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988, Art. 210).

Em 20 de dezembro de 1996, em concordância com a Constituição de 1988, é aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 9.394, que, em seu Art. 26, regulamenta que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (BRASIL, 1996, Art. 26).

Esta parte diversificada, apontada na LDBEN, justifica-se na BNCC como uma forma de manter os aspectos culturais das regiões brasileiras, pois, no documento, mantêm-se o título de “parte diversificada”, ao propor 60% de conteúdos comuns para a educação regular e os outros 40% constituindo esta parte diversificada, pois abre espaço para a atuação da gestão pedagógica de cada instituição escolar inserir-se como fator determinante no ensino do alunado, possibilitando a este aspectos de sua cultura local

Deve-se ensinar a gramática nas escolas sim, porém o que precisa ser feito e revisto são as práticas usadas para apresentação das regras existentes nela, nunca ensiná-las como regras e sim tentar intercalá-las no processo de construção dos conhecimentos do aluno, valorizando seu conhecimento prévio, trazendo suas realidades culturais fora do âmbito educacional para dentro das salas, relacionando-as. Na verdade, é assim, com essas mudanças de metodologias adotadas, que revelamos nossas origens, costumes e valores, qual o nosso universo social, como queremos nos relacionar com nossos interlocutores. Isso se dá porque a língua não é neutra, ela encerra valores, crenças ideológicas. É por esse motivo que uma simples escolha lexical pode ter mais peso do que supúnhamos.

1.2 JUSTIFICATIVA

Tendo em vista o ambiente educacional e social pode-se articular o quanto as variações linguísticas vêm tomando um espaço de valorização no ensino. É de fundamental importância darmos relevância a determinados assuntos linguísticos no ensino com os nossos alunos. As questões regionais são fortes e marcantes e com isso é necessário que haja um respeito às variações regionais e sociais que cada sujeito apresenta no processo de aprendizagem de uso da língua e suas variáveis.

Esta exploração única anula a diversidade de conhecimentos própria da linguagem, que o aluno já traz consigo para a escola. Afinal, para esta forma de ensino existe uma língua padrão, homogênea, suprema, única, correta e que enquadra o homem num padrão social, cultural e político adequado. Nesta concepção de ensino, a teoria do “certo” e do “errado” se estabilizou dentro da escola e elegeu um único uso como sendo o mais valorizado, correto, elegante, capaz de promover socialmente seus usuários, criando assim, o chamado fetichismo da língua e a veneração de um ideal de uso completamente distante do uso real e efetivo da língua (BAGNO, 2007).

É importante não pensar nem construir reflexões de desigualdades entre as variações, como por exemplo, a variação nordestina é compreendida por muitos como inferior e errada. A região nordeste é discriminada social, econômica e culturalmente em relação às demais regiões do país, e não menos, em relação à fala por ser diferente. Então, os docentes se deparam com desafios enfrentados como, por exemplo, como evitar o preconceito linguístico, como utilizar as diversas formas do uso da língua nas atividades em sala de aula com o ensino não padrão nas séries finais do Ensino Fundamental e também nas outras modalidades de ensino. Como formadores de opiniões não podem alimentar tais posições controversas no campo educacional.

Mas o que a prática escolar mostra é algo muito distante do ideal. O principal foco dado ao estudo de língua nas escolas ainda tem sido o do ensino prescritivo da língua, ou seja, aquele ensino voltado para a exploração restrita das chamadas regras da gramática normativa. Um ensino que privilegia, em sala de aula, o estudo da norma padrão da língua em detrimento de todas as demais habilidades linguísticas do aluno (TRAVAGLIA, 2002).

Dessa forma, esta pesquisa vem mostrar certa urgência em entender os processos linguísticos, para que, a partir deste entendimento, que se faz necessário, possamos partir para criarmos discussões mais profundas e relevantes sobre o

conflito linguístico e os preconceitos da não aceitação das variações linguísticas. Esse é um dos pilares fundamentais deste trabalho.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar, por meio de pesquisa, as implicações do conflito linguístico para melhoria do ensino de Língua Portuguesa e sua ressonância no papel do docente desta disciplina.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Refletir sobre a importância da formação de leitores e falantes, fazendo uso das diferentes variações da língua;
- Discutir sobre o princípio da homogeneidade linguística;
- Compreender a variação e mudança linguística nas regiões brasileiras;
- Abordar a importância de combate ao preconceito linguístico.

1.4 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Acredita-se que, com mais consciência sobre a estreita relação que existe entre língua e posicionamentos sociais, os professores tenham mais condições de reconhecer sua implicação no processo educacional dos falantes do nosso idioma, e assim possam exercer mais aproximadamente suas funções pedagógicas. Se uma língua tem que ser estruturada para funcionar eficientemente, como as pessoas continuam falando, enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de reduzida sistematicidade? Alternativamente, se pressões determinantes forçam a língua a mudar, e se a comunicação é mais eficiente (como poderia dedutivamente seguir pela teoria), por que tais deficiências não podem ser observadas na prática? (WEINREICH, LABOV & HERZOG, 1968, p.100-1). Como tentativa de responder a essas perguntas, surgiu a Sociolinguística, que busca investigar a relação entre língua e sociedade, objetivando entender melhor a estrutura da língua e o seu funcionamento na comunicação.

São muitas as indagações que surgem ao se referir à língua em uso, por isso, é de suma importância a flexibilidade ao se debater sobre esta temática. É necessário dizer que a reflexão relativa à aprendizagem de uma língua em etapas como a interferência do contexto sociocultural, não podemos descartar o uso de diferentes níveis de fala, a transferência da língua oral para língua escrita (do fonológico para o ortográfico) são processos que precisam ser vistos como essenciais nos primeiros desenvolvimentos em interações e socializações entre sujeitos.

A variação linguística é um fato real e que começa a ocorrer na vida das pessoas desde quando elas são ainda muito pequenas. Mesmo quando ainda não desenvolveram a habilidade de falar claramente, as crianças já têm modos de se expressar diferentes quando, por exemplo, dirigem-se a pessoas de idades diferentes.

Ao passar do tempo, quando vão crescendo, as crianças desenvolvem cada vez mais maneiras diferenciadas de falar, que vão se adequando a cada contexto social em que ocorre a interação. Já desde crianças começam a se confrontar com as variações da língua. É enquanto crianças que começam os primeiros contatos com a fala, mesmo não apresentando uma fala estruturada e clara para entendimento, já se faz uso dela. Não se expressam de uma única maneira, enquanto crianças já apresentam diferentes formas de interações e maneiras de expressar, variando de acordo com cada grupo social.

Ao realizar comparações e confrontos entre os dialetos e falares regionais com o registro do livro didático, podem encontrar os professores obstáculos relacionados ao desenvolver a aprendizagem sistemática da língua em outras regiões. Muitos livros didáticos de Língua Portuguesa passaram a incluir um capítulo ou uma seção sobre a discriminação social por meio da linguagem.

Segundo Botelho (2000, p. 132),

ênfatizando o conflito linguístico, mencionado no parágrafo anterior, explica: grande parte dos problemas da área do ensino e da aprendizagem da língua portuguesa tem sua origem no desenvolvimento, por parte da escola, do capital linguístico que o aluno traz como consequência de um conhecimento prévio da língua. Assim sendo, a língua é utilizada com grande discriminação e exclusão social.

1.4.1 OS PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA SOCIOLINGUÍSTICA

Partindo das dificuldades vivenciadas no dia a dia, relacionadas à educação e, em específico, ao ensino da língua materna, são pertinentes as questões discutidas, com relação ao preconceito linguístico em meio às variações linguísticas existentes no uso da língua. Ouve-se muito falar “fulano fala corretamente, seguindo as normas padrão; já fulano fala errado, pois não usa as formas gramaticais para se expressar”. São esses julgamentos e esses tipos de preconceitos com o uso da fala que vêm prejudicando o ensino de Língua Portuguesa desde os seguimentos iniciais da educação.

A partir do exposto, percebemos que há sim um lugar pensado para o trabalho com a variação linguística na Base Nacional Comum Curricular, o qual é assegurado e demarcado como um direito de aprendizagem do aluno na Educação Básica, tanto é que este trabalho é apresentado como um dos seis objetivos que fundamentam e norteiam a Educação Básica – a qual engloba e perpassa a Educação Infantil e todo o Ensino Fundamental e o Ensino Médio.

Entendemos que agora vamos viver o momento da implementação desse documento no ambiente escolar, sendo assim caberá às escolas, via currículo especificamente, trazer para o seio escolar ações que não somente reconheçam as variação linguística em sua essência, mas acima de tudo as respeitem e combatam todo tipo de preconceito linguístico, dentro e fora da sala de aula, conforme defende a BNCC em seus postulados.

Surgiu aos poucos uma percepção geral mais aguçada dessa forma de exclusão social muito sutil e, por isso mesmo, persevera, até pelo fato de passar

muitas vezes despercebida, diante de uma certa “naturalização” das noções de “falar errado e “falar certo” que circulam na nossa cultura linguística.

Para discutir variação linguística, faz-se necessário o resgate da história do Brasil, desde a colonização portuguesa, em 1500, pois, quando os primeiros portugueses ancoraram na costa brasileira, eles encontraram aqui povos originários, sociedades indígenas que falavam cerca de trezentas línguas diferentes, muitas pertencentes ao tronco tupi, mais precisamente, o tupinambá, uma língua do litoral brasileiro da família tupi-guarani. O tupinambá foi usado como língua geral na colônia ao lado do português, principalmente, graças aos padres jesuítas que haviam estudado e difundido a língua.

Como destaca COUTINHO (1976), a língua falada pela população não era uniforme, iniciou-se, no entanto, um processo de diferenciação regional. O rompimento da uniformidade linguística da península irá ocorrer mais tarde, levando à formação de línguas bem diferenciadas.

Com base nesse breve contexto, onde se destaca que não é de hoje que as pessoas usam uma variação linguística no Brasil (desde o seu descobrimento), não seria estranho dizer que se sabe e convive com essas diversidades até os dias atuais. As pessoas falam de maneiras diferentes, há mudanças de sotaques de estado para estado, e sem falar das culturas regionais que são um fator social muito importante carregado por cada indivíduo.

1.4.2 A SOCIOLINGUÍSTICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

A imposição também vem sendo um ato nas práticas de ensino, que possivelmente atrapalha o desenvolvimento do ensino e aprendizagem dos falantes, tentando os docentes, da área em específico ressaltada, apresentar e convencer seu público-alvo de que só há um caminho para se comunicar, que é através do português padrão, sendo essa a única opção. Essas percepções são errantes e não vêm ajudando nos avanços dos educandos.

É necessário, antes, sugerir e não impor ao estudante uma apresentação e discussão da definição do que vem a ser língua padrão e língua não padrão. Diante disso, o docente segue trabalhando com as variações linguísticas e com a gramática padrão, porém respeitando a pluralidade de dialetos que serão falados em sua turma, na escola que venha a lecionar. Esse seria um bom pontapé inicial para

trabalhar no âmbito escolar, com toda a comunidade, a importância de não se ter preconceitos com relação aos falantes e a cultura regional que carregam consigo.

Em outras palavras, o professor de português deve ensinar aos alunos o que é uma língua, quais as propriedades e usos que ela realmente tem, qual é o comportamento da sociedade e dos indivíduos com relação aos usos linguísticos, nas mais variadas situações de suas vidas. Cagliari (1992).

Então, surge a dúvida: o que ensinar aos educandos? Reconhecer e mesmo partilhar com os alunos tal fracasso não significa, em absoluto, responsabilizar o professor pelos resultados insatisfatórios de seu ensino. Sabemos e vivemos as condições de trabalho do professor, especialmente do professor de primeiro e segundo graus. Mais ainda, sabemos que a educação “tem muitas vezes sido relegada à inércia administrativa, a professores mal pagos e mal remunerados, a verbas escassas e aplicadas com tal falta de racionalidade que nem mesmo a ‘lógica’ do sistema poderia explicar” (Mello, 1979).

Aceitamos, com a mesma autora citada, a “premissa de que apenas a igualdade social e econômica garante a igualdade de condições para ter acesso aos benefícios educacionais”. Mas acreditamos também que, no interior das contradições que se presentificam na prática efetiva de sala de aula, poderemos buscar um espaço de atuação profissional em que se delineie um fazer agora, na escola que temos, alguma coisa que nos aproxime da escola que queremos, mas que depende de determinantes externos aos limites da ação da e na própria escola.

Nesse sentido, as questões aqui levantadas procuram fugir tanto da receita quanto da denúncia, buscando construir alguma alternativa de ação, apesar dos perigos resultantes da complexidade do tema: ensino da língua materna.

A função do educador mediador é motivar os alunos a conhecerem várias línguas, oferecendo-lhes oportunidades para fazer uso delas e adequá-las a cada momento oportuno para ser usada. Por exemplo: Os alunos, que residem no campo, trarão para o âmbito escolar suas raízes, suas linguagens, seus sotaques usados no seu convívio, sendo esse conhecimento prévio trazido pelo aluno e aprimorado pelo docente, interagindo com outros tipos de comunicação, porém sempre os convencendo de que não será preciso abandonar sua maneira de se expressar, só diferenciar os espaços em que farão uso delas, tentando com isso eliminar os preconceitos existentes na vida dos falantes referentes à linguagem, e também definindo juntamente com os educandos o que é língua padrão e língua não padrão.

A essas diferentes influências vieram se somar as imigrações, que ocasionaram os diferentes sotaques existentes hoje no Brasil. Um dos momentos decisivos da constituição da língua portuguesa (brasileira) se deu no século XVIII, quando se explorou o ouro em Minas Gerais. Nesse período a língua começou a se uniformizar e

exportar traços comuns para o Brasil inteiro, pelas rotas comerciais que a exploração do ouro criou. (CÂMARA JUNIOR, 1979).

Reconhecer uma pluralidade de falares, que são frutos da dinâmica populacional e da natureza do contato dos diversos grupos étnicos e sociais, nos diferentes períodos da nossa história. São inúmeras as diferenças dialetais da língua falada no Brasil, é necessário que educadores enxerguem o que isso representa na formação dos educandos, uma vez que esses frequentam as instituições escolares e vêm de diferentes regiões do país e pertencem a diferentes estratos sociais, lembrando que o social também é um fator determinante das variações linguísticas. De acordo com Bagno:

[...] mesmo que tenhamos tudo isso muito claro em nossas mentes, é preciso sempre lembrar que, do ponto de vista sociológico, o “erro” existe e sua maior ou menor “gravidade” depende precisamente da distribuição dos falantes dentro da pirâmide das classes sociais, que é também uma pirâmide de variedade linguísticas. [...] O “erro” linguístico, do ponto de vista sociológico e antropológico, se baseia, portanto, numa avaliação estritamente baseada no valor social atribuído ao falante, [...]. (2002, p.73).

Diante dessa pluralidade de dialetos existentes, enquanto educadores, é necessário levar o educando à reflexão sobre a língua e seu domínio sobre ela, tornando-se, assim, um usuário competente e consciente. Na prática docente, o que não pode acontecer é esquecer de envolver os acontecimentos históricos que marcaram as vidas e que fazem parte de todo desenvolvimento da língua e suas variações.

Parece-me que simplesmente valorizar as formas dialetais consideradas não cultas, mas linguisticamente válidas, tomando-as como o objeto do processo de ensino, é desconhecer que “a começar do nível mais elementar de relações com o poder, a linguagem constitui o arame farpado mais poderoso para bloquear o acesso ao poder” (Gnerre, 1978).

Tal perspectiva, ao jogar-nos diretamente no estudo da linguagem em funcionamento, também nos obriga a uma posição, na sala de aula, em relação às variedades lingüísticas. Refiro-me ao problema, enfrentado cotidianamente pelo professor, das variedades, quer sociais, quer regionais. Afinal dadas as diferenças dialetais e dado que sabemos, hoje, por menor que seja nossa formação, que tais variedades correspondem a distintas gramáticas, como agir no ensino?

Parece-me que um pouco da resposta à perplexidade de todos aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos com o sistema escolar, em relação ao baixo nível do ensino contemporâneo, pode ser buscado no fato de que a escola hoje não recebe apenas alunos provenientes das camadas mais beneficiadas da população.

A democratização da escola, ainda que falsa, trouxe em seu bojo outra clientela e com ela diferenças dialetais bastante acentuadas. De repente, não damos aulas só para aqueles que pertencem a nosso grupo social. Representantes de outros grupos estão sentados nos bancos escolares. E eles falam diferente.

Como aponta Magda Soares (1983), “de um lado há os que pretendem que a escola deva respeitar e preservar a variedade lingüística das classes populares, e sua peculiar relação com a linguagem, consideradas tão válidas e eficientes, para comunicação, quanto a variedade lingüística socialmente privilegiada. Nesse caso, a escola deveria assumir a variedade lingüística das classes populares como instrumento legítimo do discurso escolar (dos professores, dos alunos e do material didático). Por outro lado, há os que afirmam a necessidade de que as classes populares aprendam a usar a variedade lingüística socialmente privilegiada, própria das classes dominantes, e aprendam a manter, com a linguagem, a relação que as classes dominantes com ela mantêm, porque a posse dessa variedade e dessa forma específica de relação com a linguagem é instrumento fundamental e indispensável na luta pela superação das desigualdades sociais”.

Bagno (2002) apresenta claramente o quão é importante, ao compartilhar conhecimentos e mediar o uso da língua em diferentes situações propostas no uso de diferentes metodologias, trabalhar o respeito à expressão das necessidades comunicativas dos falantes, dadas as práticas sociais e os hábitos culturais de suas comunidades.

Para Perini (2001), o português que aparece nos textos escritos não é a nossa língua materna; a nossa língua materna é aquela que aprendemos com nossos pais, irmãos e avós. Deste modo, as diferenças são bastante profundas. A língua com que se escreve não é a mesma que se fala; o português padrão representa uma linguagem, mas a linguagem cultural é propriamente diferente da gramatical.

1.4.3 PRECONCEITOS LINGÜÍSTICOS

Ao se falar de níveis regionais não se pode desdenhar a língua aprendida com os pais e familiares. Essas raízes são levadas para todos os ambientes, sejam educacionais ou sociais. Não considerar que esses conhecimentos prévios já adquiridos pelos sujeitos são o ponto de partida principal para o desenvolvimento e construção de aprendizagens é falta de compreensão lingüística. Sempre existirão os preconceitos lingüísticos e os julgamentos serão constantes em sala de aula,

onde os termos certo e errado prevalecerão e aqueles que não falarem o português padrão vão ser sempre considerados deficientes linguísticos.

As correções de pronúncias, de emprego de termos regionalistas em sala de aula não param de acontecer, é uma prática considerada por muitos docentes como construtiva e que contribui muito para a melhoria dos avanços no ensino e na aprendizagem, além de ser um posicionamento repetitivo e diário no âmbito escolar. O que é notável nas vivências em escolas é que esses tipos de comportamentos dos professores permitirão que os alunos se sintam incapazes de aprender.

Assim define Magda Soares (2000, p.82-83):

O dialeto-padrão ou norma-padrão, Dialeto-padrão: também chamada norma-padrão culta, ou simplesmente norma culta, é o dialeto a que se atribui, em determinado contexto social, maior prestígio; é considerado o modelo – daí a designação de padrão, de norma – segundo o qual se avaliam os demais dialetos. É o dialeto falado pelas classes sociais privilegiadas, particularmente em situações de maior formalidade, usada nos meios de comunicação de massa (jornais, noticiários de televisão, etc.) ensinando na escola, codificando nas gramáticas escolares (por isso, é corrente a falsa ideia de que só o dialeto-padrão pode ter uma gramática), quando qualquer variedade linguística pode ter a sua.

Soares (2000) esclarece muito bem, quando retrata que é na escola que pode se compreender melhor sobre as diferenças entre os grupos sociais, que causam muita discriminação relacionada ao uso certo ou errado da língua, sendo que o modelo de escolas, dos dias atuais, não visa o educando como protagonista dos seus próprios conhecimentos.

BAGNO (2000, p.160) salienta que o padrão resumidamente é “[...] uma forma, um molde, um gabarito, uma régua”. Já, a língua não padrão é a variação linguística que não faz parte das gramáticas, porque ela é apreendida naturalmente pelo falante, a partir da espontaneidade comunicativa das pessoas comuns dos diferentes níveis sociais e regionais.

As instituições escolares apresentam comportamentos que demonstram dar preferência ao variante padrão, este é um ponto prejudicial para o desenvolvimento do ensinar e aprender. As escolas usam e querem ver ser usada a língua padrão, essas imposições pela comunidade escolar como um todo, que expressam ao aluno que está errado fazer uso das variações linguísticas, dão a entender para os mesmos que não sabem a própria língua que, neste caso, é a Língua Portuguesa e consideram a mesma muito difícil.

Preconceito linguístico mostra de forma clara e sem rodeios que essas noções são construções ideológicas, decorrem das dinâmicas socioculturais da sociedade brasileira, extremamente hierarquizada, uma das mais excludentes e desiguais do mundo. Na verdade, como diz Marcos Bagno, “o preconceito linguístico não existe: o

que existe é um profundo preconceito social que usa a forma de falar das pessoas como desculpa para excluí-las dos bens e dos direitos que deveriam caber a elas”. Assim o preconceito vem se juntar a tantas outras práticas de discriminação vigentes na sociedade como o racismo, o sexíssimo, a homofobia, ao chamado ódio de classe que se volta contra a maioria da população (pobre ou mesmo miserável) e às demais formas de violência simbólica que são exercidas contra a diversidade de opiniões, de crenças e de valores.

CAPÍTULO 2

2.1 O QUE O PROFESSOR FAZ DA LÍNGUA NAS AULAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A língua é uma construção humana, não é uma ferramenta pronta. Essa concepção é essencial ser passada para os educandos para que assim eles entendam melhor como funciona o uso da língua, ela é o processo e o produto. Esse processo é tão espontâneo que o falante nem percebe quando o faz, pois, o cérebro dá conta desse planejamento. Vale ressaltar que a língua que uma pessoa fala é um dos componentes fundamentais de sua identidade individual e coletiva, nós somos o que falamos e falamos o que somos. Discriminar alguém por seu modo de falar é discriminar a pessoa naquilo que ela é, concretamente, em seu próprio corpo, e fere os princípios elementares da cidadania e da convivência democrática.

Falar a língua materna é uma competência que qualquer ser humano tem (MORAES, 2005). Os linguistas defendem que escrever é uma competência aprendida, porque ninguém nasce sabendo; sendo assim, é importante frisar que o aluno vai precisar aprender, exercitar, treinar, um processo que é diferente de fazer uso da língua.

O grande problema visto nas escolas é que os alunos não sabem escrever, foi uma etapa do ensino que ainda não foi desenvolvida no aluno; e outro problema é falta de hábito de ler, esses fatores de desconhecimento da grafia e desinteresse pela leitura vêm dificultando ainda mais transferir a língua falada para a língua escrita, e, em decorrência, chegar até expor seu raciocínio.

Outra questão fundamental para entender a variação linguística e para escrever bem é o problema da falta de leitura dos aprendizes. Segundo o pesquisador Gastaldo (apud MORAES, 2005), a falta de leitura dificulta o desenvolvimento da expressão escrita, fazendo com que os alunos tenham um

vocabulário restrito. Essa falta de habilidade se percebe ao se expressarem na forma escrita, o que não pode ser considerada fruto de desconhecimento da língua.

É notório perceber no trabalho em sala de aula que o aluno chega até a escola com falas diversificadas, fazendo uso da linguagem coloquial e, conseqüentemente, quando transfere essa fala para a escrita, esses comportamentos singulares que variam de aluno para aluno vêm dificultando o entendimento do professor, porque eles pertencem a comunidades culturais diferentes e que precisam ser respeitados por isso no andamento do seu desenvolvimento em sala.

Com isso compreende-se que é preciso conviver com o uso da língua seja ela padrão ou não padrão, de maneira que não seja possível admitir que uma forma linguística seja superior ou inferior à outra. A partir do momento em que se estabelece uma língua padrão, ela ganha importância e prestígio social e todas as demais variantes são consideradas impróprias e pobres.

2.2 OS DADOS DA PESQUISA

Com base no tema proposto, esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma etapa, sendo ela a pesquisa bibliográfica, de cunho estritamente qualitativo descritivo. A pesquisa bibliográfica é feita por meio de leituras de livros, revistas, jornais, artigos etc., com o intuito de coletar o máximo de informações possíveis a respeito do tema estudado, demonstrando realmente que o investigador está por dentro do conteúdo para possíveis indagações.

Desta forma, a pesquisa bibliográfica, permite ao pesquisador um conhecimento mais acurado, fornecendo informações claras sobre o objeto estudado. Além, é claro, de ampliar seu conhecimento, ela se torna uma notável “arma” para o investigador que busca respostas.

Conforme ressalta Severino (2007, p. 15), a pesquisa científica tem caráter pessoal e acrescido a isso:

[...] em uma dimensão social, o que confere o seu sentido político. Esta exigência de uma significação política englobante, implica que, antes de buscar-se um objeto de pesquisa, o pós-graduando pesquisador já deve ter pensado o mundo, indagando-se criticamente a respeito de sua situação, bem como da situação de seu projeto e de seu trabalho nas tramas políticas de qualquer realidade social.

Acompanhando esse movimento, muitas editoras têm produzido material didático que aborda a discussão sobre variação linguística para auxiliar os docentes a introduzir o assunto durante o processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa. Isso porque o problema está no modo como ela ainda é ensinada de

maneira tradicional: com foco na gramática, sem discutir as questões de variação linguística e valorizando apenas a norma culta. Livros didáticos que apresentam informações sobre variação devem ser explorados em sala de aula pra introduzir e esclarecer o assunto. É preciso ensinar que um mesmo vocábulo pode ser pronunciado de diferentes formas. A palavra “leite”, por exemplo, pode ser dita como “lei/t/i” ou “leit/e”, considerando-se a região onde o falante está inserido. Quanto ao léxico, assim como um carioca usa a palavra “garoto” para referir-se a um jovem, um gaúcho dirá “guri” e assim consecutivamente. Enquanto um jornalista apresenta num telejornal a notícia de que “as passagens de avião aumentarão de preço durante jogos da Copa do Mundo no Brasil”, utilizando todas as marcas de concordância de número, essa mesma informação poderá ser dita por um cidadão comum de periferia da seguinte forma “as passagem de avião vai aumentar de preço durante os jogos da copa do mundo no Brasil.” Cabe ao professor mostrar, com esses exemplos, que não há certo ou errado no uso da língua; o que há, na verdade, é uma forma adequada ou inadequada de usar a linguagem num determinado contexto.

Observe o quadro abaixo: expressões populares usadas pelos alagoanos.

NORDESTE	SIGNIFICADOS
Abestaiado	Bobo, tolo;
Abusado	Impaciente, irritado;
Amostrada	Metida;
Aperreio	Agonia, pressa, desespero;
Arenga	Discussão tola;
Avalie	Imagine;
Avia	Adiante! Rápido!;
Azogado	Pessoa inquieta;
Catenga	Lagartixa;
Macaxeira	Aipim;
Resenha	Coisa engraçada;

Cultura de Alagoas – dicionário alagoanês

Outro fator de análise trazido pela sociolinguística foi a possibilidade de uso da língua a partir da localização geográfica do falante. Temos assim, os níveis de análise denominados pela Sociolinguística de variação diastrática, diafásica e diatópica (CAMACHO, 2004). A seguir podemos observar um nível de variação

diafásica e diatópica.

Com o quadro demonstrativo acima podemos perceber exemplos de diferentes vocábulos de acordo com a regionalidade que existe no dialeto de quem vive em Alagoas. O que comprova que as práticas de ensino variam de região para região, de escola para escola e de professor para professor. Para cumprir bem a função de ensinar a escrita e a língua padrão, a escola precisa evitar o discurso de que “o português é uma língua difícil”. O que realmente precisa ser feito é acompanhar a escrita do aluno para ajudá-lo a compreender esse processo.

2.3 HIPÓTESES LEVANTADAS E CONCLUSÕES COM BASE NOS DADOS

Através da análise desta pesquisa, foi possível constatar a falta de conhecimento dos professores em relação ao ensino da variação linguística, pois eles ainda possuem uma afinidade intensa com o ensino tradicional, privilegiando o ensino da gramática.

As línguas são heranças históricas que passam de geração para geração. E, nessa passagem, sofrem variações relacionadas a diversos fatores. A língua não é como muitos acreditam, uma entidade imutável, homogênea, que paira por sobre os falantes. Pelo contrário, todas as línguas vivas mudam no decorrer do tempo e o processo em si nunca para, ou seja, a mudança linguística é universal, contínua, gradual e dinâmica, embora apresente considerável regularidade.

Para Bagno (1999), um dos problemas mais frequentes no contexto escolar é a questão do preconceito linguístico, que está vinculado a um processo histórico confuso das concepções de língua e gramática. A língua é algo mutável, sempre sofrerá variações e mudanças ao longo do tempo, enquanto a gramática, por mais que tente descrever a língua, não conseguirá abarcar todas essas modificações. Vejamos a seguir algumas dessas modificações que Bagno salienta.

A - A faixa etária: palavras que variam ao longo das gerações, cada idade possui uma especificidade em sua fala. Um jovem de 18 anos não usa os mesmos termos que um homem de 40 anos, pois a língua se transforma com o tempo.

B – Gênero: homens e mulheres falam de maneiras distintas, de acordo com os padrões sociais que lhes são culturalmente condicionados.

C – Status socioeconômico: desigualdade na distribuição de bens materiais e culturais, que reflete em diferenças sociolinguísticas. Na maioria das vezes, pessoas de status econômico mais baixo possuem uma linguagem mais coloquial do que quem tem status mais alto.

D – Grau de escolaridade: anos de escolarização e qualidade da escola que frequentou.

E – Mercado de trabalho: cargo ou atividade que um indivíduo desempenha dentro de seu trabalho.

F – Rede social: pessoas com quem convivemos e interagimos no nosso dia-a-dia. A variação linguística, portanto, é resultado das interações sociais.

Ao refletir sobre as problemáticas do ensino da Língua Portuguesa nas séries finais do Ensino Fundamental, é notório destacar que a escola se recusou, por muito tempo, a reconhecer essa realidade tangível que a língua possui. Essa espécie de conhecimento, de acordo com Bagno, Gagné e Stubbs (2002, p.17), é fruto de fatores como o surgimento e desenvolvimento da teoria da variação - “cujas investigações puseram a nu a absoluta falta de fundamentação empírica e teórica para o prosseguimento de uma pedagogia linguística centrada na velha noção de erro”.

Assim, creio na importância de se aprender a heterogeneidade linguística na escola e que os professores tenham a responsabilidade de transmitir estes conhecimentos. É certo que o ensino da norma culta encontra muitos fanáticos, que defendem o ensino da gramática normativa, pois ajuda os discentes a desenvolver uma escrita padronizada, precisa e assim por diante. Bagno (op.cit.) enfatiza que:

[...] nossa escola não reconhece a existência de uma multiplicidade de variedades de português e tenta impor a norma padrão sem procurar saber em que medida ela é na prática uma “língua estrangeira” para muitos alunos, se não para todos (BAGNO.2006, p. 29).

Portanto, as escolas devem reconhecer e avaliar as características dos alunos através de sua variedade linguística e os docentes não podem ficar presos ao uso da norma padrão nas salas de aula. Antes de tudo é preciso verificar as condições sociais dos estudantes e, a partir desse momento, trabalhar a norma padrão, sem excluir sua língua materna, evitando, assim, que se sintam inferiores ou constrangidos por não dominarem tal variedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como visto no decorrer deste trabalho, a história da língua está intrinsecamente imbricada com os processos de evolução do ensino da Língua Portuguesa no país. Considerar a língua como algo positivo no ambiente escolar é uma perspectiva que precisa ser conhecida e encarada pelos profissionais da educação para que o ensino retrógrado da disciplina português seja, paulatinamente, transformado fazendo dos discentes seres capazes de ler, compreender, interpretar, interagir e produzir diferentes gêneros textuais, não apenas visualizando e ouvindo estudos metalinguísticos da gramática da norma padrão, pois isso não fará nenhum aluno eficiente em produzir bons textos.

Neste trabalho teve-se possibilidade de reconhecer a importância do ensino de língua portuguesa salientando as variações linguísticas em sala de aula, além de apresentar fatores, mitos e preconceitos que envolvem este tema, considerado importante para enriquecer o conhecimento dos discentes.

Neste contexto, Irandé Antunes (2003) diz que não existe falante sem conhecimento de gramática, ou seja, mesmo inconscientemente ele sabe produzir diálogo, cujo interlocutor possa compreender e entender. Um analfabeto, pessoa que nunca sentou num banco de escola, para aprender regras gramaticais, se comunica perfeitamente com o povo brasileiro. E principalmente molda a gramática conforme a necessidade e não utiliza a gramática catalogada e nem o que os gramaticadores enfatizam, mas da forma como eles falam e fazem uso da língua.

Pode-se dizer que o preconceito linguístico é fruto da intolerância da minoria do povo brasileiro, sim porque a maioria do povo brasileiro são as pessoas que fazem uso do português não padrão. Entretanto nas escolas, onde não poderia existir o preconceito, ainda acontece, imagine fora dela. No local onde as pessoas deveriam ser respeitadas, educadas e humanizadas, esse fato não poderia coexistir de forma alguma. Podemos perceber, então, que os alunos atuais ainda mantêm uma perspectiva errônea da língua, com a ideia de que deve acompanhar a norma padrão das gramáticas normativas, ocasionando dessa forma o desprezo pela variedade linguística do aluno.

Assim, para tentar modificar essa realidade, é necessário entender que o preconceito linguístico não pode ser dissociado dos outros preconceitos. “É necessário que o professor da Educação Básica assuma uma postura política ao tratar dessas questões” (BAGNO, 2008, p. 11). No entanto, “para ser efetivo em uma pedagogia linguística no ensino básico, é preciso que os professores aprendam a

operacionalizar esses conhecimentos em seu trabalho pedagógico” (BORTONI-RICARDO, 2012, p. 39).

O estudo da sociolinguística tem desempenhado um papel fundamental para o entendimento da língua e como trabalhar em sala de aula. Atualmente, principalmente nas universidades, por onde futuros professores passam, há uma adesão a essa perspectiva, concordando com a diversidade da cultura e da língua brasileira. Assim, espera-se que, com indivíduos saindo com novas ideias, tendo novos conceitos de como trabalhar com a disciplina de língua portuguesa, possam quebrar esse paradigma de que só aprendendo ou decorando a gramática da norma padrão é que seremos seres capazes de dominar e administrar a nossa língua materna.

Espero ter contribuído, portanto, para uma reflexão sobre o papel do professor em sala de aula, que precisa ser equilibrado e desprovido de preconceito linguístico para melhor tratar com a variante popular. Pois é a partir dessa variante que o educando terá acesso a outra variante, chamada norma culta.

Deste modo, é preciso que esse ensino das linguagens seja inovador para, assim, acompanhar a sociedade em seus avanços, fazendo do conhecimento desenvolvido uma ferramenta indispensável no âmbito escolar na construção dos discentes críticos e pensantes, que buscam sempre aprimorar seus saberes, dando uma parcela de contribuição perante a sociedade atual.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que e como se faz?** 49 ed. São Paulo: Editora Loyola, 1999.

_____. **Preconceito Linguístico**. *Revista Presença Pedagógica*. V. 14, n. 79, jan. /Fev. 2008.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolinguística**. 6.ed. São Paulo: Contexto, 2000.

_____. **Preconceito linguístico: O que é, como se faz**. 15.ed. São Paulo: Loyola, 2002.

_____. STUBBS, Michael; GAGNÉ, Gilles. **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

BAGNO, M. (org.). **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

_____. Stella Maris. **Revista Práticas de Linguagem**. v. 2, n. 1, jan. / jun. 2012.

BAGNO, Marcos. A inevitável travessia: da prescrição gramatical a educação linguística, In: BAGNO; GAGNE; STUBBS. In: **Língua materna: letramento, variação e ensino**. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. **Língua de Eulália: Uma novela sociolinguística**. São Paulo: contexto, 2006

_____. **Nada na língua é por acaso: por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

Bagno, Marcos. Norma Linguística, Hibridismo e Tradução. Disponível em: < <http://repositorio.unb.br/>>. Acesso em: 28 de junho de 2017.

_____. Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2007.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017. _____. Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017. _____. Lei 9394/96 _____.Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: . Acesso em: 23 janeiro 2017.

BOTELHO, Denise Maria. **Aya nini (Coragem). Educadores e Educadoras no enfrentamento de práticas racistas em espaços escolares**. São Paulo e Havana (Dissertação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2000.

- CAMACHO, Roberto G. Sociolinguística – parte II. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina. (orgs.). Introdução à linguística – domínios e fronteiras. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2004. p. 49-76.
- CÂMARA JUNIOR, Joaquim Matoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. 3.ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Linguística**. 5ª ed. São Paulo: Scipione, 1992.
- COUTINHO, Ismael de Lima. **Pontos de gramática histórica**. 7. ed. rev. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1976.
- ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- GNERRE, M. “Linguagem e poder”. In: Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o segundo grau. São Paulo, Secretaria do Estado da Educação, 1978. v. IV.
- MELLO, G. N. “Fatores intra-escolares como mecanismos de seletividade no ensino de primeiro grau”. Educação & Sociedade, n. 2, 1979. p. 70-7.
- MORAES, Ângela. **Contribuições da Linguística para uma didática do texto escrito**. São Paulo: ECA – Revistas USP, 2005.
- PCN – **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- PERINI, Mário A. **Sofrendo a gramática**. 3.ed. São Paulo: Ática, 2001.
- RAMPAZZO, Lino. **Metodologia científica**. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.
- SOARES, M. B. “Aprendizagem da língua materna: problemas e perspectivas”. Aberto, ano 2, n. 12, 1983.
- SOARES, Magda. **Linguagem e Escola uma perspectiva social**. 17.ed. São Paulo: Ática, 2000.
- TRAVAGLIA, Luiz C.. Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.
- WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. **Fundamentos Empíricos para uma Teoria da Mudança Linguística**. São Paulo: Parábola, 2006 [1968].

ANEXOS

ANEXO A — Termo de Autorização para publicação eletrônica

Termo de Autorização para Publicação Eletrônica (formato digital) dos Trabalhos de Conclusão dos Cursos, do Instituto Federal de Alagoas no Sistema de Bibliotecas do IFAL,

Eu, Adelania da Silva 11a, _____ titular dos

direitos autorais da publicação abaixo citada, com base no disposto na Lei no 9610/98, mediante o presente documento, o qual já foi defendido e aprovado pela banca examinadora. Autorizo a Biblioteca a disponibilizar por tempo indeterminado ao alcance do público, de forma gratuita, sem ressarcimento dos direitos autorais, o documento, em meio digital no site do Instituto Federal de Alagoas, bem como na rede mundial de computadores, para fins de leitura, impressão ou download pela Internet, com o intuito de divulgação da produção científica do IFAL, a partir desta data.

Tipo de trabalho

XI Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

I Trabalho de Graduação Interdisciplinar (TGI)

J Graduação I Especialização I Mestrado I Doutorado

I Artigo Científico) Projeto de pesquisa I Relatório de pesquisa

) Outros:

2. Autorização

Total

Parcial

Descrever qual a parte do trabalho que será publicado

3. Autor(es) do trabalho

Autor 1: Adelania da Silva
 Endereço: Rua Travessa Manoel Batista
 CEP: 57890-000 Cidade: Montealgara UF: AL
 Matrícula: 2017013840 Curso Letras
 Telefone: 8298895-2081 E-mail(s): adelania.silva.2013@gmail.com

Autor 2

Endereço: _____
 CEP: _____ Cidade: _____ UF: _____
 Matrícula: _____ Curso _____
 Telefone: () _____ E-mail(s): _____

4. Identificação do trabalho

Título: A Variação Linguística no ensino de Língua Portuguesa - perspectivas e desafios.
 Orientador: Profa. Esp. Ana Cláudia Menezes de Oliveira Silva
 Coorientador: _____

Data de defesa: 15/05/2022

Área do conhecimento: Letras

Membros da banca: Profa. Me. Sílvia Maria da Silva
Profa. Me. Vanuzia Amorim Pereira dos Santos

Programa/Curso: Letras

Palavras-chave: Variedade Linguística, preconceito linguístico, ensino de língua materna.

5. Assinaturas

Autor(a): Adeclania da Silva

Autor(a): _____

Ciente do(a) Orientador(a): Ana Cláudia Menezes de Oliveira Silva

Santiago 23 de Julho de 2022
 (Local e data)